



especial Cidadania

Senado apoia mais de 2 mil câmaras legislativas

Com cursos a distância e assistência em tecnologia da informação, Instituto Legislativo Brasileiro já capacitou 500 mil cidadãos. **8**

Novas regras facilitam aposentadoria a deficiente

Passados seis meses da sanção presidencial, lei aprovada pelo Senado em maio de 2012 será regulamentada hoje

A redução dos limites de tempo de contribuição e de idade para obtenção do benefício por pessoas com deficiência passará a valer a partir de decreto a ser assinado pela presidente Dilma Rousseff hoje, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. O decreto regulamenta lei aprovada pelo Senado em 2012 com base

em substitutivo do senador Lindbergh Farias a projeto de 2005 do então deputado Leonardo Mattos. Presidente do Senado, Renan Calheiros disse que a lei reafirma o compromisso da Casa em legislar para os que mais precisam. Hoje à tarde, Renan abre a programação da Semana da Pessoa com Deficiência. **3**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Conselho também discutiu necessidade de operadoras de telefonia e TV por assinatura melhorarem atendimento a clientes

Conselho de Comunicação aponta risco para TV aberta

Compartilhamento da faixa de 700 megahertz entre TV aberta e transmissão de dados por celulares 4G pode gerar interferências e prejudicar principalmente as emissoras públicas que usam essa faixa do espectro. **5**

Senadores lamentam a morte de Marcelo Déda **6**

Meia-entrada pode ser votada em Plenário hoje **7**

Comissão de Orçamento vota mudança no PPA **4**

Simpósio debate integração de ouvidorias **2**

Em sessão especial, Senado homenageia 30 anos do Diap

Senadores destacaram contribuição do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) para elevar o nível de politização e consciência dos trabalhadores. **6**



Paulo Paim cumprimenta Toninho do Diap, ao lado de Epaminondas Lino (E), Rodrigo Rollemberg e Clemente Ganz (D)

José Cruz/Agência Senado

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Regulamentação da profissão de vaqueiro



Um reconhecimento a quem sempre ajudou a conduzir o Brasil

O Congresso aprovou a lei que regulamenta a profissão conhecida como vaqueiro, peão, boiadeiro ou tropeiro, dependendo da região do país. A partir de agora, a atividade passa a ter direitos trabalhistas e previdenciários.

É o Parlamento reconhecendo a importância de um ofício que faz parte da história e da cultura do Brasil.

saiba mais em:
www.senado.leg.br



Secom — Criação e Marketing | Foto: Moreira Mariz

Ouvidorias aproximam poder da sociedade, diz Renan

Em simpósio promovido pelo Superior Tribunal de Justiça, presidente do Senado apresentou os números da Ouvidoria da Casa e ressaltou o papel de instrumento da transparência das ouvidorias

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, participou ontem do 1º Simpósio Nacional de Ouvidorias Judiciárias, realizado em Brasília. Na ocasião, Renan afirmou que o funcionamento pleno e efetivo de uma ouvidoria permite o exercício da cidadania, fomenta o aperfeiçoamento das instituições e contribui para a consolidação da democracia.

— Só com uma ouvidoria eficiente você vai poder, em tempo real, da forma como somos cobrados hoje, dar respostas, receber sugestões e até mesmo críticas para aproximar os Poderes da sociedade — declarou, em entrevista após o evento.

Durante o discurso no simpósio, Renan afirmou que se orgulha de ter “tirado do papel”, como ministro da Justiça, o Código de Defesa do Consumidor (CDC), criado em 1990 mas não colocado em prática antes de 1998. Na avaliação dele, o CDC foi o embrião daquilo que seria o modelo de ouvidoria no Brasil, apoiado nas demandas de consumidores, fornecedores e usuários de produtos e serviços, dando ouvido à parte hipossuficiente das relações de consumo, princípio contido no espírito das ouvidorias.

Já no Senado, explicou, deu continuidade às atividades da Ouvidoria da Casa, instituída em 2011 pelo então presidente, senador José Sarney (PMDB-AP). Hoje, o órgão é

comandado por Lúcia Vânia (PSDB-GO), e o mais recente relatório revela que, até 31 de outubro deste ano, foram recebidas 2.396 mensagens de solicitações, reclamações, críticas, elogios, denúncias e sugestões de cidadãos. Os assuntos variam desde pedidos de celeridade em votações de matérias até o interesse por treinamentos oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro.

Também é pela Ouvidoria do Senado que chegam demandas relacionadas com temas em debate no Parlamento, como a reforma do Código Penal, a redução da maioria penal e as regras para porte e comercialização de armas.

Uma ouvidoria, afirmou Renan, não pode nunca ser um mero diferencial estratégico das instituições, pois deve ser instituída e posta a funcionar como parte essencial da estrutura. Assim consideradas, as

ouvidorias são o instrumento por excelência da transparência, tão necessária nos dias de hoje e sempre cobrada pela população, ressaltou. Renan cobrou ainda a melhoria na regulamentação desses canais de comunicação com o cidadão.

Simpósio

Idealizado pelo diretor da Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, o simpósio busca integrar as ouvidorias do Poder Judiciário nacional, de maneira a assegurar o exercício pleno dos direitos pelos cidadãos.

O uso das ouvidorias como garantia do direito de acesso à informação, a importância delas no sistema de Justiça e a contribuição para a gestão do Poder Judiciário foram alguns dos temas abordados no evento.



Renan Calheiros (E) participa do 1º Simpósio Nacional de Ouvidorias Judiciárias

Comenda Dom Hélder será entregue hoje

O Senado realiza hoje sessão especial, às 11h, para a entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara. A condecoração — que está na quarta edição — é entregue, anualmente, a cinco personalidades com relevante contribuição à defesa dos direitos humanos no país e é uma homenagem ao arcebispo de Olinda e Recife Dom Hélder Câmara (1909-1999), notório

pela atuação na defesa dos mais pobres e dos perseguidos políticos durante a ditadura militar.

Órgãos públicos e ONGs de âmbito nacional podem indicar candidatos à comenda, além de senadores e deputados federais. As indicações são analisadas pelo Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, composto por um senador

de cada partido político.

Já receberam a comenda, entre outras personalidades, o arcebispo emérito de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e o fundador do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke.

Serão agraciados hoje: dom Antônio Fernando Saburido, arcebispo de Olinda e Recife; Cláudio Luciano Dusik, inventor de um teclado virtual, o Mousekey, que auxilia pessoas com limitações para a fala e a escrita; a deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP); o juiz Márlon Jacinto Reis, um dos coordenadores da campanha pela aprovação da Lei da Ficha Limpa; e Warley Martins Gonçalves, presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Copab). Também será homenageado o ex-governador do Maranhão Jackson Lago, *in memoriam*.



Dom Hélder Pessoa Câmara (1909-1999), arcebispo emérito de Olinda e Recife

Vital do Rêgo acusa governo de interferir na Procuradoria da PB



Marcos Oliveira/Agência Senado

Vital do Rêgo (PMDB-PB) criticou ontem o que ele considera interferência do governo do estado na

Procuradoria-Geral da Paraíba. De acordo com o senador, por influência da administração do governador, Ricardo Coutinho, a Procuradoria-Geral editou uma instrução normativa em outubro que retirou dos procuradores do Estado a prerrogativa de propor ações por fraudes em contratos e licitações públicas.

— Espero que prevaleça o bom senso e que a Procuradoria-Geral reveja as suas decisões, o que só a engrandecerá diante da opinião pública e garantirá lisura na administração pública — disse o senador.

Nota manifesta pesar pela morte de dom Waldyr Calheiros

Em nota oficial, Renan Calheiros manifestou pesar pelo falecimento de dom Waldyr Calheiros Novaes, bispo emérito de Volta Redonda e de Barra do Pirai (RJ), aos 90 anos, no sábado, devido a falência múltipla dos órgãos, após tratamento para infecção pulmonar a que se submetia desde novembro. Dom Waldyr esteve 34 anos à frente da diocese.

“Primo e conterrâneo da cidade de Murici, Alagoas, dom Waldyr sempre foi para a família uma referência que muito orgulha e inspira a todos. Sempre envolvido com as causas sociais, durante toda a sua vida, defendeu fervorosamente os direitos da classe menos favorecida da população, tendo participado sempre de atos públicos contra a violência, a tortura e a impunidade”, disse o presidente do Senado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Prestação de contas

14h Entre os itens, proposta que prevê o comparecimento, para prestar contas, de ocupantes de cargo público que tiverem a escolha aprovada pelo Senado.

PRESIDÊNCIA Aposentadoria especial

11h Renan Calheiros comparece à assinatura do decreto que regulamenta a aposentadoria especial para pessoa com deficiência; logo após, sessão de entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara; às 12h, recebe o vice-presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Wang Qimin; às 14h30, reunião do PMDB com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante; às 15h, abertura da semana que comemora o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência; e às 16h, ordem do dia.

CMA Vacinas para animais

8h30 Para discutir as causas da elevação dos preços das vacinas de uso veterinário, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle realiza audiência pública.

CCT Rastreamento para cargas

9h Projeto na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia obriga o uso de sistema de rastreamento por satélite nos veículos que transportam cargas perigosas.

CAE Créditos para estados

10h A Comissão de Assuntos Econômicos vota pedidos de autorização para a contratação de crédito com instituições financeiras internacionais, destinados à Bahia, ao Paraná e a Minas Gerais.

CCJ Ministro da Justiça

10h O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, fala na Comissão de Constituição e Justiça. Logo após, análise de propostas sobre mediação e arbitragem.

CE Instituição de datas

11h Na Comissão de Educação, projeto que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Doenças Raras e do Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA Abertura

15h Abertura da semana em comemoração ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, no Auditório do Interlegis.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, audiência pública da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle** e, às 11h, **sessão especial** para a entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

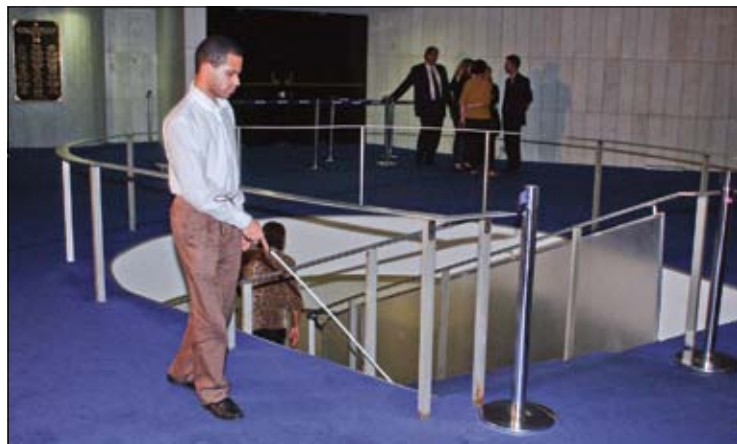
No Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, 3 de dezembro, Dilma assina decreto que regulamenta substitutivo do senador Lindbergh Farias aprovado em 2012 pelo Senado

Aposentadoria a deficientes será regulamentada hoje

PASSADOS 180 DIAS da publicação, a Lei Complementar 142/2013, que cria regime especial de aposentadoria para pessoas com deficiência, será regulamentada hoje. O texto é um substitutivo de Lindbergh Farias (PT-RJ) ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 40/2010 — Complementar, do então deputado Leonardo Mattos. O decreto de regulamentação será assinado às 11h pela presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto, em solenidade que terá a participação do presidente do Senado, Renan Calheiros, e outros senadores e autoridades.

A proposta foi apresentada em 2005 por Mattos, cadeirante, logo após a promulgação da Emenda Constitucional 47.

Segundo Lindbergh, apesar da previsão constitucional, o INSS não concedia a aposentadoria especial para pessoa com deficiência por falta de regulamentação da matéria. Por isso, várias entidades de classe impetraram mandados de injunção no Judiciário.



Pessoas com deficiência visual estão entre as beneficiadas pela nova legislação

Em discurso na sexta-feira, Gim (PTB-DF) lembrou ter lutado muito pela aprovação da lei. Segundo o senador, 17 milhões de brasileiros que têm algum tipo de deficiência vão ser beneficiados.

— Fomos ao Ministério da Previdência, fizemos várias reuniões, conseguimos convencer o ministro [Garibaldi Alves Filho]. O projeto passou pelas comissões, trouxemos para o Plenário e aprovamos por unanimidade — afirmou.

O PLC foi aprovado pelo Senado em maio de 2012. Quase

um ano depois, em abril deste ano, a Câmara também acatou o substitutivo de Lindbergh.

A Lei Complementar 142 foi sancionada em 8 de maio e determina três tipos de aposentadoria, segundo o grau da deficiência: grave, moderado ou leve. O decreto do Executivo irá especificar quais deficiências se enquadram em cada categoria. O grau de deficiência será atestado pelo INSS. A regulamentação será feita no Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, celebrado em 3 de dezembro.

Lindbergh e Gim têm atuação elogiada

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participará hoje, a convite da presidente Dilma Rousseff, da cerimônia de regulamentação da Lei Complementar 142/2013, que reduz os limites de tempo de contribuição e de idade para aposentadoria a pessoas com deficiência. O evento acontece às 11h, no Palácio do Planalto.

— Essa lei é a reafirmação do compromisso do Senado

em fazer leis para os que mais precisam delas. Quero parabenizar os senadores Gim e Lindbergh Farias que muito trabalharam para aprovação do projeto aqui no Senado — assinalou Renan.

Pela nova lei, o homem poderá se aposentar com 25 de contribuição e a mulher com 20, no caso de deficiência grave; o homem com 29 anos de contribuição e a mulher com 24, no

caso de deficiência moderada; e no caso de deficiência leve, o homem com 33 anos de contribuição e a mulher com 28. Também há novas regras para quem se aposentar por idade. O homem se aposentará aos 60 anos e a mulher aos 55 desde que tenham cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 anos e comprovem a existência da deficiência durante o mesmo período.

Semana da Pessoa com Deficiência será aberta hoje

O presidente do Senado, Renan Calheiros, abre hoje, no Auditório do Interlegis, a semana de comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

O Dia Internacional das Pessoas com Deficiência é celebrado em 3 de dezembro. Pretende estimular a melhoria da qualidade de vida e o enfrentamento de questões como a acessibilidade e a participação no mercado de trabalho para esse grupo, que representa 23,9% da população brasileira, segundo o IBGE. Mais de 45,6 milhões de pessoas declararam ter ao menos algum tipo de deficiência.

A programação da Semana da Pessoa com Deficiência prevê, entre outras atividades, desfile de moda, teatro, música, exposição, palestras e visita guiada.

Do ponto de vista legislativo, vários projetos que beneficiam as pessoas

com deficiência tramitam no Senado. Um deles, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário, define critérios especiais para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos com deficiência (PLS 250/2005 — Complementar).

O PLS 506/2011, de autoria de Lindbergh Farias foi aprovado pelo Senado e agora aguarda votação na Câmara dos Deputados. O texto estabelece a cota de 5% nos postos de trabalho de obras vinculadas à Copa do Mundo de 2014 a pessoas com deficiência. Essa reserva valerá para as empresas que receberem incentivos fiscais e foi estendida às obras para a Copa das Confederações de 2013 e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Veja a programação completa em <http://bit.ly/programacaoSPcD>

País registra avanços em inclusão, destaca Rollemberg

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou ontem em Plenário que, apesar de tardiamente, o Brasil registra avanços em ações para melhorar a vida de 45 milhões de pessoas com deficiência que vivem no país.

Ele destacou que houve mudança na forma como a sociedade encara as pessoas com deficiência, antes vistas como sujeitos de direito à proteção integral. Agora, elas exigem integração e emancipação, para que possam estudar e desempenhar

atividades profissionais, disse.

O senador também destacou a inclusão das pessoas com deficiência na área da educação, e ações para aumentar a mobilidade e a independência.

— A deficiência era muitas vezes tida como ineficiência, porque o princípio que prevalecia era o de que essas pessoas não seriam úteis ao desenvolvimento e, portanto, deveriam estar alijadas, quase que isoladas, em sua limitação — lembrou.

Famíliares de vítimas da Kiss pedem lei nacional de prevenção

Em audiência pública realizada hoje pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), foi sugerida a criação de lei nacional sobre prevenção e combate a incêndios e uma diligência da comissão para avaliar a atuação dos poderes públicos em Santa Maria (RS) depois da tragédia na boate Kiss.

Para o diretor de Assuntos Jurídicos da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, Walter Souza Cabistani, ilegalidade, irresponsabilidade e conivência de autoridades e empresários na concessão de licenças de funcionamento e na fiscalização resultaram na tragédia. Ele acredita que a imprensa também age para abafar o caso.

— Agentes e gestores

públicos de todas as esferas, sem nenhuma ética, tentam se livrar das responsabilidades usando as influências e a própria mídia — disse.

O presidente da associação, Adherbal Ferreira, defendeu uma atuação preventiva e frisou que as aglomerações de pessoas sem os cuidados necessários podem repetir o

desastre e acrescentou que continuam acontecendo irregularidades.

A especialista em toxicologia Solange Garcia relatou que as vítimas da Kiss não foram tratadas convenientemente porque o Brasil não tem um sistema eficiente para atender intoxicados por agentes químicos. A médica informou que a

hidroxocobalamina, o antídoto ao cianeto que intoxicou os jovens em Santa Maria, não existia no Brasil e foi preciso importá-la.

O coordenador-geral da Força Nacional do Sul, Paulo de Tarso Abrahão, informou que a política de antídotos já existe e que é preciso apenas atualizar a lista de medicamentos.

Paulo Paim (PT-RS) se comprometeu a encaminhar as sugestões dos participantes da audiência. O senador disse que iria às últimas consequências na busca da justiça e na elaboração de leis para que um evento como aquele não se repita.

No incêndio na boate Kiss, causado em janeiro deste ano, causado em janeiro deste ano, morreram 242 pessoas e 116 ficaram feridas.

Comissão pedirá ao governo agilidade na elaboração do projeto

Paulo Paim (PT-RS) informou que a CDH vai pedir ao Ministério da Justiça que acelere a elaboração do anteprojeto de lei sobre prevenção e combate a incêndios para que a proposta chegue logo ao Congresso Nacional. Também será elaborado projeto de lei definindo uma política nacional de antídotos e estabelecendo regras para o treinamento de médicos, com o objetivo de enfrentar situações semelhantes. Ele defendeu ainda a realização de “diligência para fiscalizar a atuação dos poderes públicos na situação atual, pós-tragédia de Santa Maria”.



Fogolin, do Ministério da Saúde, fala em audiência coordenada por Paim (C)



Comissão Mista de Orçamento retoma análise da proposta que faz a primeira grande alteração no PPA desde que foi adotada nova sistematização

Comissão de Orçamento pode votar hoje alterações no Plano Plurianual

Também está na pauta medida que autoriza liberação de R\$ 60 milhões para o Ministério de Minas e Energia recuperar equipamentos

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) retoma hoje, às 18h30, a reunião para votar a proposta que altera o Plano Plurianual 2012-2015 e a medida provisória que autoriza a liberação de R\$ 60 milhões do Orçamento para atender o Ministério de Minas e Energia.

O PLN 13/2013 faz a primeira grande alteração do Plano Plurianual — PPA (Lei 12.593/2012) desde que foi adotada a nova sistematização.

O PPA não está mais dividido em programas e ações como ocorria nos planos anteriores, mas está estruturado em

programas temáticos e de gestão, objetivos, iniciativas e metas.

Quanto à medida provisória (MP 625/2013), os recursos liberados serão usados pelo Ministério de Minas e Energia para contratar, sem licitação, uma empresa

estatal para prestar serviços de recuperação e transporte de equipamentos de geração de energia elétrica que estão em desuso. Os equipamentos serão cedidos à Bolívia em um programa de cooperação energética entre os dois países.

(Da Agência Câmara)

Encerrado prazo para apresentação de emendas

Terminou ontem o prazo para os parlamentares apresentarem emendas à proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2014 (PLN 9/2013).

O prazo inicial decidido pela comissão terminava na quinta-feira passada. Na quarta-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo

Alves, anunciou em Plenário um acordo com o presidente da CMO, senador Lobão Filho (PMDB-MA), para ampliar o prazo de emendas até o dia 4.

O acordo, porém, foi questionado pelo relator-geral da LOA, deputado Miguel Corrêa (PT-MG). Ele disse que a ampliação dos prazos dificultaria

a apresentação dos relatórios setoriais a tempo.

As divergências de prazos surgiram depois que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara decidiu dividir a Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo (PEC 353/2013) em dois textos: o

primeiro torna obrigatória a execução das emendas parlamentares ao Orçamento; e o segundo fixa um percentual mínimo da receita da União a ser aplicado em saúde. Se houver alterações, será necessária nova votação no Senado, o que pode inviabilizar a aprovação da PEC neste ano.

Medida libera R\$ 24 bilhões para financiar infraestrutura

O governo federal enviou para a análise do Congresso a medida provisória que liberou R\$ 24 bilhões do Tesouro para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos devem financiar projetos de investimento de longo prazo na área de infraestrutura e outros segmentos considerados estratégicos.

O crédito será disponibilizado por meio da emissão de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

A meta do Executivo é atender, por exemplo, compromissos assumidos com o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e com o Programa de Investimentos em Logística (PIL). A proposta também deve beneficiar a

cadeia produtiva do pré-sal e projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Recuperação

A medida (MP 628/2013) também autorizou a União a encerrar o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres), transferindo competências, direitos e deveres para outro fundo a ser instituído pelo governo do estado. Segundo o Executivo, o objetivo é instituir um novo modelo de gestão para o fundo.

Inicialmente, a MP será analisada por uma comissão mista de deputados e senadores. Caso aprovada, será votada pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

(Da Agência Câmara)

MP sobre modelo de tributação de multinacionais ficará para 2014

O presidente da comissão mista que examina a medida provisória que altera as regras para a cobrança de impostos sobre os lucros que vêm das empresas multinacionais brasileiras no exterior (MP 627/2013), senador Walter Pinheiro (PT-BA), disse que a MP só deverá ser votada em março do ano que vem. Pinheiro explicou que trata-se de uma proposta polêmica e que, por isso, requer um profundo debate.

Ele lembrou que, como o Congresso Nacional entra em recesso entre 23 de dezembro e 1º de fevereiro, o prazo de contagem da validade da MP 627 será suspenso neste período. Por essa razão, a votação pode ficar para 2014. O presidente da comissão mista disse ainda que vai aproveitar o mês de fevereiro para promover audiências públicas, nas quais pretende aprofundar a

discussão sobre o mérito da medida.

A MP 627/2013 foi editada pelo governo federal como uma tentativa de resolver impasses que se alongam na Justiça desde 2001. De acordo com a proposta, o pagamento dos tributos poderá ser feito em cinco anos, sendo que 25% do lucro deve ser incorporado ao balanço no primeiro ano. O novo modelo vai valer a partir de 1º de janeiro de 2015, mas as empresas podem optar por ele já a partir de janeiro de 2014, desde que desistam de processos administrativos e judiciais sobre a matéria.

Muitas empresas criticaram o que consideraram mudança de planos por parte do Executivo. Isso porque o governo federal divulgou, em outubro, que o pagamento seria em oito anos, com 17,5% de incorporação do lucro no primeiro ano.

(Com Agência Câmara)

FGTS: Paim quer prevenir perdas dos trabalhadores

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem uma mudança no índice de correção das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ele disse que é preciso evitar as perdas bilionárias que têm acontecido nos últimos anos. Uma das causas dos prejuízos, segundo Paim, é que as contas dos trabalhadores são corrigidas pela taxa referencial, a TR, que hoje gira em torno de 3% ao ano.

Fraudes nas empresas, que não repassam as contribuições recolhidas, e perdas provocadas por planos econômicos são algumas das outras causas de perdas do FGTS citadas pelo senador.

— O FGTS é fruto do trabalho diário dos trabalhadores. Eles têm o direito de receber, pelo menos, o equivalente ao rendimento da poupança. Calcula-se que somente a manutenção da TR como fator de atualização monetária seja responsável por um expurgo ou prejuízo de R\$ 210 bilhões — lamentou.

Mozarildo critica governo de Roraima por atraso de salários

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a criticar o governador de Roraima, José de Anchieta (PSDB), afirmando que os médicos que tomaram posse recentemente, após aprovação em concurso público, estão há 70 dias sem receber salários.

— Mesmo com toda essa situação, o governador prometeu pagá-los apenas no dia 10 de dezembro. É uma verdadeira afronta à saúde dos cidadãos, um desrespeito para com os funcionários. Aliás, ele vem agindo assim com várias categorias funcionais. Funcionários da educação já entraram em greve. Agora, foi a Fundação do Meio Ambiente de Roraima.

Segundo Mozarildo Cavalcanti, quando José de Anchieta assumiu o governo, o estado tinha em caixa R\$ 100 milhões. Hoje, as dívidas alcançam R\$ 500 milhões.



Mozarildo Cavalcanti diz que o governador afronta os cidadãos

Caso não haja testes rigorosos para medir a interferência provocada pelo compartilhamento do espectro com os celulares 4G, TVs públicas podem perder qualidade do sinal

Alessandro Dantas/Agência Senado



Pedro Osório, Sérgio Kern, Fernando Cesar, Nelson Breve e Paulo Ricardo Balduino no Conselho de Comunicação Social

Conselho alerta para risco na faixa das TVs públicas

O CONSELHO DE Comunicação Social do Congresso debateu ontem o compartilhamento da faixa de 700 megahertz entre a tecnologia 4G e as televisões. A faixa de 700 megahertz é atualmente ocupada no Brasil pela televisão aberta, nos canais de 52 a 69 em UHF, especialmente por emissoras públicas. O alerta de prejuízo a esse serviço foi feito pelos debatedores.

O diretor de Planejamento e Uso do Espectro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Ricardo Balduino, lembrou que as televisões abertas são totalmente universalizadas, uma vez que são gratuitas e acessadas com a mesma qualidade por todos os cidadãos. No entanto, segundo Balduino, para que elas continuem competitivas é preciso que cheguem aos telespectadores sem qualquer tipo de interferências, que são típicas na convivência de sinais nessa faixa de espectro.

O representante da Abert

recomendou que, antes que haja o compartilhamento, sejam feitos rigorosos testes para medir o grau de interferência.

— São testes que têm que seguir uma metodologia já estabelecida em todo o mundo. Têm que levar em conta os tipos de aparelhos de televisão e de antenas. Os testes têm que ser completos, detalhistas e rigorosos para serem efetivos.

Prejuízos

O presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), Pedro Luiz Osório, disse que o compartilhamento beneficia a iniciativa privada em detrimento das emissoras públicas. Osório acrescentou que as televisões públicas estão sendo esquecidas na discussão sobre o uso combinado da faixa de 700 megahertz e não são devidamente defendidas pelo Estado.

A necessidade de defesa das TVs públicas também foi levantada pelo diretor-presidente da

Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Nelson Breve.

— O Ministério das Comunicações e a Anatel precisam se convencer de que é preciso reservar mais espaço nesta faixa para a comunicação pública. Não se conseguindo isso, é preciso definir o quantitativo de canais públicos que deve ser ocupado após o apagão analógico — ponderou.

O diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil), Sérgio Kern, informou que o aproveitamento da faixa de 700 megahertz para a tecnologia 4G vai possibilitar uma oferta muito maior do produto.

— Temos uma expectativa de multiplicar por dez o consumo médio de uso de dados, em um prazo de cerca de quatro anos.

Ele assegurou ser possível a convivência entre as TVs e a internet na mesma faixa, mas concordou que a implantação do serviço deve ser precedida de testes.

Biografias e direito de resposta foram temas de debate este ano

Biografias não autorizadas e direito de resposta a matérias ofensivas foram dois dos diversos temas discutidos este ano pelo Conselho de Comunicação Social (CCS) e que tiveram destaque entre os debates.

No primeiro caso, o colegiado se posicionou por mudanças no Código Civil para proibir a censura prévia a biografias de pessoas públicas.

No segundo, os conselheiros se manifestaram a favor do PLS 141/2011, que dá ao ofendido o direito de divulgação de resposta gratuita e proporcional à matéria ofensiva, com o mesmo destaque, publicidade, periodicidade e dimensão.

O projeto foi aprovado no Senado e agora tramita na Câmara dos Deputados.

Trabalho deve ser sistematizado para agilizar avaliação de proposições

Neste ano, o CCS fez extenso levantamento sobre as proposições legislativas que tratam de aspectos relacionados à comunicação social e que tramitam nas duas Casas do Congresso. Com esse levantamento, serão definidas as prioridades para 2014, explicou o vice-presidente do conselho, Fernando Cesar Mesquita.

— A orientação de dom Orani Tempesta, que é o presidente [do CCS], é de sistematização do trabalho — frisou.

Para Celso Schröder, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), é preciso que o Congresso “produza um marco regulatório que garanta a liberdade de expressão, mas que também organize o sistema do ponto de vista da nova democracia brasileira”.

Conselheiro destaca audiências públicas e diálogo com a Anatel

O conselheiro Ronaldo Lemos, representante da sociedade civil, destacou as audiências públicas promovidas pelo CCS este ano. Como exemplo, ele citou as discussões sobre os impactos da internet em novos modelos de negócio, sobre a regulação do uso da rede mundial de computadores e sobre a preservação da liberdade de expressão.

— O conselho também manteve diálogo frequente com a Anatel — disse, lembrando que a agência passou a enviar as decisões rotineiramente para análise do conselho, entre elas as recomendações sobre o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (Seac), que protege os direitos dos assinantes dos serviços de TV por assinatura.

Regulamento prevê mais atendimento presencial a usuários

O Conselho de Comunicação Social do Congresso aprovou ontem o Regulamento de Atendimento, Cobrança e Oferta a Usuários de Serviços de Telecomunicações (Raco), da Anatel. O conselho, no entanto, propôs uma mudança no texto, para que as empresas de telefonia e de televisão por assinatura ampliem as possibilidades de atendimento presencial aos usuários.

O Raco prevê que as empresas de telefonia fixa e móvel e de TV por assinatura mantenham pelo menos um setor de relacionamento por microrregião atendida. Os conselheiros recomendaram que a Anatel determine a essas empresas manterem, além do que já está previsto, pelo menos um centro de atendimento presencial nos municípios de mais de 100 mil habitantes. Essa proposta foi apresentada pela conselheira Maria José Braga.

— Todos os consumidores têm uma dificuldade imensa em relação ao atendimento prestado via telefone. Esse tipo de atendimento gera mais problemas do que solução — argumentou Maria José.

O Raco estabelece normas para os serviços das telefonia fixa e móvel e para o serviço de televisão por assinatura.

Tempo

O Conselho de Comunicação Social do Congresso também decidiu pedir mais tempo à Anatel para o exame das propostas da agência. A Lei 12.485/2011 determina que se o conselho não se manifestar em até 30 dias do recebimento de propostas de regulamento da Anatel e da Ancine, elas serão consideradas referendadas. Foi unânime entre os conselheiros a opinião de que as matérias têm chegado muito em cima da hora, sem um prazo razoável para que sejam mais bem avaliadas.



Alessandro Dantas/Agência Senado

Conselheiros na reunião que aprovou as normas de atendimento aos usuários

Vice-presidente defende que órgão passe a ter caráter propositivo

Fernando Cesar Mesquita ponderou que os avanços poderiam ser maiores se o órgão tivesse caráter propositivo, e não apenas consultivo.

Mesquita defende uma reforma no regimento do conselho para que ele, além de emitir parecer sobre os projetos, possa também sugerir mudanças nas proposições legislativas, na forma de substitutivo aos textos.

— É preciso que o conselho ouse e avance mais. Temos promovido audiências públicas com autoridades, o que tem nos dado muitas informações, mas sou defensor de que o conselho altere seu regimento para que possamos não somente nos manifestar sobre os projetos, mas também propor modificações.

Comissões temáticas do colegiado definem prioridades para 2014

Na reunião de ontem, comissões temáticas do CCS deliberaram sobre as prioridades para o próximo encontro, marcado para 10 de fevereiro de 2014.

A Comissão do Marco Regulatório estabeleceu cinco eixos de atuação: classificação indicativa, comunicação comunitária, concentração de meios, regionalização e outorga. A Comissão de Liberdade de Expressão deverá abordar os temas segurança dos profissionais de imprensa, entraves à liberdade de expressão nas eleições e exigência de diploma para jornalistas. Já a Comissão de Produção de Conteúdo deve avaliar a inclusão de legenda oculta (*closed caption*) na programação das emissoras de TV.



Sessão do Senado que homenageou os 30 anos de fundação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Senado celebra os 30 anos de existência do Diap

Instituição de assessoramento legislativo ficou nacionalmente conhecida pelo trabalho de acompanhamento da atuação de parlamentares na defesa de interesses dos trabalhadores

UMA SESSÃO ESPECIAL em Plenário ontem celebrou os 30 anos de criação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que assessora as entidades sindicais e o movimento popular em demandas junto ao Congresso e outras instituições legislativas. O Diap congrega cerca de 900 entidades sindicais de trabalhadores.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou a representação suprapartidária do órgão, a democracia interna e o conhecimento técnico do corpo de funcionários. Para ele, essas características se traduzem na força e na legitimidade dos trabalhos, inclusive as avaliações sobre as atividades do Parlamento.

— Seu trabalho colabora decisivamente para a melhoria e o aperfeiçoamento das instituições, na defesa da causa pública — avaliou.

Papel na Constituinte

O proponente da homenagem, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que mesmo antes da instalação da Constituinte, quando o país ainda se encontrava sob ditadura, a entidade já travava o “bom combate” na construção das políticas sociais. Em seguida, lembrou, encontros entre o Diap e entidades sindicais moldaram propostas que

terminaram se transformando no “coração” da parte da Constituição que trata da ordem social e dos capítulos relativos aos servidores públicos.

— Por conhecer o Diap em toda a sua história, com certeza posso afirmar que ele tem um papel ainda fundamental no dia a dia das nossas vidas e assim vai continuar acontecendo por muito tempo — disse Paim.

Assim como Paim, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) destacou o papel do advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende, de Brasília, na concepção do projeto de criação do Diap, bem antes de 1983. Durante viagem aos Estados Unidos, ao lado de cinco outros advogados, a convite do governo norte-americano, ele conheceu o funcionamento das organizações sindicais e viu como elas atuavam no Congresso daquele país em defesa dos interesses dos trabalhadores — inclusive acompanhando e pontuando a atuação dos parlamentares.

— Nestes 30 anos, o Diap se constituiu num importante e eficaz instrumento dos sindicatos e dos trabalhadores brasileiros, seja para acompanhar a tramitação de matérias, seja produzindo estudos e pesquisas que ajudaram a elevar o nível de conscientização e de politização — destacou Rollemberg.

Na avaliação de Valdir Raupp

(PMDB-RO), a instituição vem dando provas de relevância, com trabalhos que se tornam referência para a classe política e pela atuação como instrumento dos trabalhadores em matérias consensuais no movimento sindical, que representem o seu pensamento majoritário.

— Seus trabalhos são indicadores de rumos para a tomada de decisões, principalmente no Congresso — disse Raupp.

Cidadania

O superintendente do Diap, Epaminondas Lino de Jesus, respondeu aos elogios dirigidos ao departamento com a promessa de que a entidade continuará por muitos anos a prestar serviços aos trabalhadores e a todos os congressistas.

Mencionado pelos parlamentares como personagem vital no desenvolvimento do Diap, o diretor de Documentação da instituição, jornalista Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho do Diap, ressaltou que a entidade se preocupa com a cidadania de modo mais amplo e por isso busca o aperfeiçoamento das instituições. A seu ver, essa é uma tarefa das mais importantes, especialmente nos últimos tempos, em que se observa no país uma “certa desilusão” com a política e um descrédito nas instituições.

Senadores lamentam a morte do governador de Sergipe

Vários senadores manifestaram pesar pela morte do governador de Sergipe, Marcelo Déda, ocorrida na madrugada de ontem. Déda tinha 53 anos e lutava contra o câncer desde 2009. Ele estava internado desde o final de maio no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo.

Ao abrir a sessão de ontem, Vital do Rêgo (PMDB-PB), em nome do Senado, homenageou o político pela história e pelos serviços que prestou ao povo.

— Foi, para sergipanos e brasileiros, um exemplo de homem público — disse. Advogado e filiado ao Partido dos Trabalhadores, Marcelo Déda Chagas foi deputado estadual e federal. Elegeu-se prefeito de Aracaju em 2000 e governador de Sergipe em 2006, sendo reeleito em 2010. O vice, Jackson Barreto, do PMDB, assume o cargo de governador.

Homenagens

Vários senadores também homenagearam Déda, reconhecendo o trabalho nos cargos públicos que ocupou.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) destacou o trabalho de Déda à frente da Prefeitura de Aracaju.

— Foi um dos políticos mais brilhantes dessa nova geração. Ele era correto, honesto, competente — afirmou.

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), disse que, apesar de serem de partidos diferentes, eles tinham grande afinidade política. Para João Capiberibe (PSB-AP), a morte de Déda “é uma grande tristeza para todo o país”. Eduardo Amorim (PSC-SE) apontou Déda como um

político de princípios e valores e Walter Pinheiro (PT-BA) disse que “Sergipe perde o timoneiro, o PT perde uma de suas mais brilhantes estrelas, mas fica entre nós o exemplo de sua história de vida”.

Presidente nacional do PMDB, Valdir Raupp (RO) emitiu nota afirmando que o governador de Sergipe era um “homem íntegro e de conduta ilibada” e deu grandes contribuições aos debates sobre temas de interesse do país. Também em nota, o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que “lembraremos dele como um homem jovem, que dedicou 30 anos de sua vida à política e para um país mais justo, um país do diálogo”. Humberto Costa (PT-PE) declarou que “ficam agora as boas lembranças, o carinho, o companheirismo e a certeza de que é possível, sim, fazer política com dignidade”.

Paulo Paim (PT-RS) fez uma homenagem ao governador sergipano ao abrir a reunião da Comissão de Direitos Humanos (CDH), ontem.

— O amigo e companheiro deixa uma bela trajetória política e uma lacuna no Partido dos Trabalhadores — disse.



Marcelo Déda lutava contra o câncer no estômago e no pâncreas

Renan homenageia Déda

O senador destaca, em nota em nome do Congresso Nacional, a atuação do sergipano no debate de grandes temas do estado e do país

O Congresso Nacional lamenta a morte precoce do governador do estado de Sergipe, Marcelo Déda, que, aos 53 anos, deixa familiares, amigos e a população brasileira desolados. Déda foi um grande quadro do PT e um expoente da política nacional, tendo atuado bravamente na discussão dos grandes temas de Sergipe e do Brasil. Homem culto e de personalidade admirável, era dono de um carisma e de uma eloquência cativantes e de uma força notável. Essa força o acompanhou nos quatro anos durante os quais lutou contra a doença que, lamentavelmente, o consumiu. A política brasileira perde um grande nome. Os familiares de Déda e os sergipanos perdem um grande homem.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

Agência Senado

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Aprovada pela Comissão de Educação, a proposta reserva até 40% dos ingressos para estudantes, idosos e pessoas com deficiência

Pode ir a votação em Plenário, hoje, projeto da meia-entrada

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, pode colocar hoje para votação pelo Plenário a proposta que regulamenta o benefício da meia-entrada para espetáculos artísticos, culturais e esportivos. O substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto (PLS 188/2007) foi aprovado na terça-feira passada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com pedido para que seja examinado em regime de urgência no Plenário.

O senador Paulo Paim (PT-RS), no entanto, apresentou na quinta-feira um requerimento para que a proposta

passe antes pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e seja mais bem discutido antes da deliberação final. O representante do PT do Rio Grande do Sul argumentou que, da forma como o projeto está, pode haver prejuízos para os beneficiários da meia-entrada — 40% dos ingressos distribuídos entre estudantes, pessoas com mais de 60 anos, pessoas com deficiência e jovens de baixa renda de 15 a 29 anos.

— Acho que não foi a intenção dos autores, mas eles estão acabando com a meia-entrada para o idoso. Era de 100% e baixou para 40%. Do jovem, que era 40%,



Venda de ingressos para o Rock in Rio 2011: para Paim, projeto reduz benefício

vai baixar para 13%, porque eles englobaram tudo numa só. Não é que o idoso vai ter 40%, o deficiente, 40%, e o

jovem, 40%. Não! Todos vão se resumir em 40%, e ficam 13% para cada um. Acho que merece uma discussão maior.

Pinheiro: Plano de Educação deve voltar à Câmara

Walter Pinheiro (PT-BA) teme que o Plano Nacional de Educação (PNE) não seja aprovado no Congresso Nacional até o fim do ano. A proposta vai ser apreciada no Plenário do Senado no dia 11, mas, como há dezenas de mudanças no texto em relação ao que foi aprovado pela Câmara, os deputados terão que reexaminar o projeto.

— Com as mudanças, o PNE terá que retornar à Câmara. Assim, se as alterações [dos deputados] na proposta forem mantidas, nós não teríamos a consagração do PNE aqui no Senado da República. Estou



Para senador, plano corre risco de não ser votado este ano no Congresso

preocupado com isso. Acho que talvez a gente não logre tanto êxito — disse o senador.

O PNE traz as diretrizes para

o setor em todo o país nos próximos dez anos. Entre os propósitos, estão a garantia de escola para todos e a erradicação do analfabetismo.

Para que esses objetivos sejam cumpridos, o projeto prevê medidas como a participação dos Tribunais de Contas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios no acompanhamento da meta de ampliação do investimento público em educação. Estabelece também que a autoridade que não gastar no setor o previsto no orçamento poderá responder por crime de responsabilidade.

O plano foi aprovado na Comissão de Educação (CE) na quarta-feira, em reunião que durou cerca de dois minutos e sem a presença de parlamentares da base do governo.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), considerou a votação de “uma estranheza enorme, que fragilizou o debate”. Ele informou ter entregado documentação para que a Mesa do Senado possa se posicionar sobre a possibilidade de nova tramitação do projeto, que foi enviado para o Plenário com pedido de urgência para votação.

Comissão vota dia de conscientização do autismo

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) pode aprovar hoje, em decisão terminativa, projeto que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo, a ser comemorado em 2 de abril.

A proposta (PLS 321/2010) conta com parecer favorável do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), e poderá seguir direto para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Estudo divulgado no 1º Encontro Brasileiro para Pesquisa em Autismo (2010), baseado em dados do Censo de 2000, estimou em aproximadamente 500 mil o número de pessoas com autismo no Brasil. O autor do PLS 321/2010, o então senador Flávio Arns, comentou que a síndrome atingia, em 1990, uma a cada

2,5 mil pessoas no mundo. A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o Dia Mundial de Conscientização do Autismo em 2008. A data nacional deverá coincidir com a mundial.

“A instituição do Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo ensinará maior conhecimento acerca da síndrome e, em decorrência, maior integração social daqueles que vivem com ela”, avaliou Alvaro Dias.

A CE pode aprovar outros projetos sobre datas comemorativas em caráter terminativo. Um deles (PLS 159/2011), de Eduardo Suplicy (PT-SP), institui o Dia Nacional de Doenças Raras “no último dia do mês de fevereiro”. Segundo debate sobre o assunto na comissão, as doenças raras atingem cerca

de 13 milhões de brasileiros. Já foram identificadas mais de 5 mil tipos de doenças raras, que, em sua maioria (80%), têm origem genética.

Batalha do Jenipapo

Dois projetos que tramitam em conjunto (PLC 4/2009 e o PLS 94/2011) pretendem



Alvaro: dia nacional pode gerar mais conhecimento e integração social

instituir o Dia da Batalha do Jenipapo, a ser comemorado em 13 de março, no calendário de celebrações nacionais.

Segundo o relator, Zeze Perrella (PDT-MG), a batalha envolveu cerca de 2 mil combatentes do Ceará, Maranhão e Piauí — “em sua maioria camponeses sem qualquer treinamento militar”, diz o relatório — que lutaram pela independência do Brasil.

Apesar de recomendar a aprovação do PLC 4/2009, por ser o mais antigo, o relator aproveitou do PLS 94/2011, de Wellington Dias (PT-PI), a previsão de realização de ações educativas e comemorativas, como a concessão da Medalha Batalha do Jenipapo a civis ou militares que se destacarem por relevantes serviços prestados ao povo brasileiro.

Capiberibe cobra da Câmara votação de acordo Brasil-França

João Capiberibe (PSB-AP) pediu à Câmara que vote logo o acordo Brasil-França assinado em dezembro de 2008 e que prevê a cooperação técnica entre os dois países na pesquisa e lavra de ouro e no combate ao garimpo ilegal na fronteira entre a Guiana Francesa e o Amapá.

Para o senador, é uma vergonha que o Congresso ainda não tenha aprovado o acordo. A França já decidiu que só inaugura a ponte entre o Amapá e a Guiana Francesa depois que o acordo for ratificado pelo Legislativo brasileiro. Segundo o senador, o acordo já esteve na pauta da Câmara, mas deputados amapaenses pediram que não fosse votado porque querem compensações para o estado.



Capiberibe defende a cooperação para pesquisa e lavra do ouro

Mesa Diretora do Parlasul retoma os trabalhos

A Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul reuniu-se ontem, em Montevidéu, Uruguai, antes da sessão plenária — a primeira em três anos. O Parlasul retomou seus trabalhos com a previsão de eleger uma nova Mesa. O atual presidente é o uruguaio Rubén Martínez Huelmo. O cargo de vice-presidente brasileiro é disputado pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR) e pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

A Mesa deve recomendar ao Plenário o adiamento das eleições diretas dos parlamentares do Mercosul. O prazo atual termina em dezembro de 2014, mas as eleições não foram regulamentadas a tempo. Só o Paraguai cumpriu o prazo.

(Da Agência Câmara)



Requião disputa o cargo de vice-presidente brasileiro do Parlasul

Cursos e apoio legislativo chegam a 2 mil municípios

Por meio do Instituto Legislativo Brasileiro, o Senado oferece serviços gratuitos em tecnologia, capacitação e comunicação às câmaras legislativas e aos cidadãos

Thâmara Brasil

O INSTITUTO LEGISLATIVO Brasileiro (ILB) — órgão do Senado que oferece capacitação para servidores e serviços na área de TI para Casas legislativas — já tem alunos em 2 mil municípios e 80 países.

Com o Programa Interlegis — criado para modernizar e integrar o Legislativo por meio da oferta de serviços gratuitos em tecnologia, informação, comunicação e capacitação — o ILB se mantém em contato com as câmaras legislativas. Quase que diariamente vereadores vêm em busca de ferramentas, como o Portal Modelo, para que as câmaras construam sites e deem um salto em comunicação e transparência.

Outro produto muito procurado é o SAPL, ferramenta para aplicação no processo legislativo que organiza,

registra e exibe todo o processo, tornando-o algo muito mais simples e acessível, tanto para os servidores e parlamentares quanto para o cidadão.

Ontem teve início a última oficina de 2013, com a presença de representantes de municípios de sete estados.

Formação

ALUNOS DO ILB (2010-2013)	
863	– tribunais de contas
2.341	– público interno
5.216	– assembleias legislativas
5.445	– câmaras municipais
486.891	– parceiros e sociedade
TOTAL: 500.756	
OFICINAS DO INTERLEGIS (2009-2013)	
16 mil	formados
30 mil	participantes
2 mil	municípios

Modernizar e integrar as Casas legislativas é principal objetivo do Programa Interlegis

O Senado deu início ao Programa Interlegis em 1997, com o objetivo de conectar as câmaras municipais à internet. No projeto piloto, a cargo da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen), a meta era integrar à rede mundial de computadores o Legislativo de cem municípios. Com a obtenção de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1999, o escopo do programa foi ampliado: a ideia agora era modernizar e integrar todas as esferas do Legislativo no país.

Ao mesmo tempo, sentindo a necessidade de complementar a formação dos servidores, o Senado criou o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Implantado, também em 1997, o ILB logo abriu as portas para as Casas legislativas e para os cidadãos, oferecendo diversos cursos, em especial nas áreas legislativa e política.

Como têm objetivos similares, o ILB e o Interlegis foram fundidos na reforma administrativa deste ano, cabendo ao ILB, como órgão supervisionado do Senado, a execução do Programa Interlegis.



Encerramento e entrega de certificados do curso de Técnicas de Arquivo, realizado pelo ILB em 2013

Resultados alcançados mudam a realidade de pequenos municípios

O Interlegis atende centenas de cidades e os técnicos do ILB atuam de acordo com a necessidade de cada uma. Eles têm muitas histórias para contar. Como no caso de um pequeno município do Amapá, onde a presidente da câmara, já idosa e quase analfabeta, mandou instalar uma placa com uma prestação de contas mensal dos gastos. “Esta história já tem quase 10 anos, mas demonstra que mesmo em condições adversas as pessoas podem praticar atos de respeito à cidadania”, afirma Telma Venturelli, técnica do Interlegis/ILB.

Já Camaragibe (BA) não tinha leis sobre o uso de terrenos públicos, o que dificultava a instalação de agências bancárias e postos de serviços. O Interlegis auxiliou a câmara a reformar a lei orgânica, o que melhorou o atendimento à população.

Parobé (RS), por sua vez, não possuía um site para informar sobre a atuação da câmara. Após o curso de Portal Modelo, colocou o site no ar e tornou-se exemplo para outras na mesma situação.

Frases

“A oficina foi muito importante, oferecendo, além do treinamento aos participantes, a possibilidade de a Casa colocar no ar seu portal e sistema de processo legislativo em uma semana, sob o seu próprio domínio”
— Douglas Braga Silva
(Câmara Municipal de Poços de Caldas, MG – nov./2013)

“Prezada tutora! Da mesma forma, quero deixar aqui a minha pública manifestação no sentido positivo. O curso é enriquecedor, o seu plano objetivo. Estou bastante grato a todos pela oportunidade e espero ser agraciado em oportunidades posteriores (futuras)”
— Paulo Cesar Alves (Abr./2013)

“Você está de parabéns pelo trabalho concluído! Realmente foram muitos participantes. [...] Esse foi o primeiro curso que fiz on-line. Sempre corri de cursos assim. O conteúdo apresentado foi adequado, as indicações para leitura também foram pertinentes. Fiquei motivada e busquei entre amigos mais fontes de pesquisa”
— Claudia Regina (2013)

“Gostaria de agradecer à equipe do ILB pelo curso de Fundamentos da Ciência Econômica. O professor Paulo está de parabéns, as mediações nos fóruns (com largo saber) foram muito boas”
— Gil (Dez./2012)

“A verdadeira importância dos cursos reside nesse atendimento individualizado às nossas demandas.”
— Fábio Moutinho (Câmara Municipal de Taubaté, SP – mai./2013)

Maior novidade são os cursos de pós-graduação

A maior novidade deste ano no ILB são os cursos de pós-graduação, reconhecidos pelo Ministério da Educação e destinados aos servidores do Senado, Câmara, Tribunal de Contas da União (TCU) e Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Dois cursos estão sendo ministrados: Administração Legislativa e Direito Legislativo. Outros dois devem começar a aceitar matrículas em fevereiro: Comunicação Legislativa e Ciência Política.

O ILB oferece outros dois cursos presenciais a servidores do Senado e órgãos conveniados — Câmara, TCU e CLDF: Processo Legislativo e Orçamento Público: Introdução ao Sifai.

Cursos investem em capacitação para servidores e cidadãos

O ILB oferece atualmente 20 cursos a distância e dois minicursos. Embora temporariamente suspensas — o instituto está finalizando uma completa reformulação e modernização dos cursos — as matrículas serão retomadas em fevereiro. Veja quais são os cursos a distância:

Política	<ul style="list-style-type: none"> • Doutrinas Políticas Contemporâneas: Liberalismo • Doutrinas Políticas Contemporâneas: Novas Esquerdas • Doutrinas Políticas Contemporâneas: Social-Democracia • Doutrinas Políticas Contemporâneas: Socialismo • O Poder Legislativo • Processo Legislativo
Relações Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Relações Internacionais: Teoria e História • Fundamentos da Integração Regional: O Mercosul
Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos da Administração Pública • Introdução ao Orçamento Público • Lei de Acesso à Informação (parceria Senado/UFMG) • Ética e Administração Pública • Modalidades, Tipos e Fases da Licitação • Cerimonial no Ambiente Legislativo
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Minicurso: Gestão Estratégica com foco na Administração Pública • Minicurso: Desenvolvimento de Equipes • Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal • Excelência no Atendimento • Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico
Direito	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao Direito Constitucional • Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público • Introdução ao Direito do Consumidor (em parceria com a Anatel)

Saiba mais

www.senado.gov.br/ilb
www.interlegis.leg.br
E-mail: ilb@senado.gov.br
Telefones: (061) 3303-1491/1687
Fax: 3303-2100

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania